

A História das TVs comunitárias de Teresina (PI)¹

Margella Mayla Barros Furtado²

UESPI – Universidade Estadual do Piauí – campus Pirajá (Teresina – PI)

Orlando Maurício de Carvalho Berti³

UESPI – Universidade Estadual do Piauí – campus Pirajá (Teresina – PI)

Resumo

Este artigo é resultado do estudo da presença das TVs comunitárias e sua história na capital do Piauí, Teresina. Objetiva-se: historicizar, compreender e trazer elementos para a construção e manutenção do movimento de televisões comunitárias na cidade, que é o maior município do estado. Metodologicamente fez-se levantamentos quantitativo buscando-se trabalhos acadêmicos realizados nas duas universidades públicas da cidade: a UESPI – Universidade Estadual do Piauí e a UFPI – Universidade Federal do Piauí, bem como um trabalho qualitativo construindo-se essa história. Buscou-se acervos físicos e digitais que trouxessem a historicidade das TVs comunitárias. Destaca-se que encontrou-se poucos casos na cidade e o principal desafio permanece sendo o de melhores entendimentos e sistematizações da temática.

Palavras-chave: Comunicação social; comunidade; comunicação comunitária; TV Comunitária; Teresina.

Introdução

Falar de sociedade e comunidade está cada vez mais difícil, principalmente quando se vive “tempos modernos” e em períodos de tantas crises e incertezas sociais. As relações estão cada vez mais líquidas, quebráveis e voláteis.

Quando se trata de Comunicação Social abordam-se grupos, nichos e tribos. E a comunicação é a única maneira que consegue reunir tantas pessoas diferentes ao mesmo tempo, seja em suas perspectivas interpessoais, grupais e até massivas.

¹ Trabalho apresentado no IJ7 – Comunicação, Espaço e Cidadania, do Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação – Jornalismo do XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 30 de maio a 1 de junho de 2019.

² Acadêmica do 8º Período do curso de Comunicação Social – habilitação em Jornalismo e Relações Públicas – da UESPI (Universidade Estadual do Piauí), campus Poeta Torquato Neto (Pirajá), em Teresina (PI). Bolsista de Iniciação Científica no PIBIC/UESPI. Membro do Grupo de Pesquisa em Comunicação Alternativa, Comunitária, Popular e Tecnologias Sociais da UESPI. E-mail: margella10@outlook.com

³ Pós-doutor em Comunicação, Região e Cidadania pela UESP – Universidade Metodista de São Paulo. Doutor em Comunicação Social pela UESP, com estágio doutoral na Universidad de Málaga (Espanha). Mestre em Comunicação Social pela UESP. Especialista em Comunicação Institucional pela UFPI – Universidade Federal do Piauí. Especialista em Docência Superior pela FSA – Faculdade Santo Agostinho. Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo – pela UFPI. Professor, pesquisador, extensionista e diretor de Relações Internacionais da UESPI – Universidade Estadual do Piauí. Líder do Grupo de Pesquisa em Comunicação Alternativa, Comunitária, Popular e Tecnologias Sociais da UESPI. E-mails: orlandoberti@yahoo.com.br ou berti@uespi.br. Orientador deste trabalho e da pesquisa de Iniciação Científica.

Assim acontecem com as televisões comunitárias, elas nasceram para dar acesso à comunidade, àqueles que não têm tanta condição para ter acesso à informação ou que não têm vozes próprias para falar da, na e para as próprias comunidades. Os grupos sociais, com suas TVs comunitárias podem se manter informados, compartilhar conhecimentos, e mudar seus hábitos através do contexto em que vivem. Esse tipo de fenômeno foi o que levou a autoria e pesquisa trazida nesse material, feito justamente para historicizar (ou tentar) o movimento de TVs comunitárias em Teresina, capital do Piauí, notadamente tendo como ponto de partida as sistematizações científicas das duas instituições de ensino superior públicas localizadas na cidade: a UESPI – Universidade Estadual do Piauí e a UFPI – Universidade Federal do Piauí.

A pesquisa inicialmente teve como principal objetivo historicizar os movimentos de TV comunitária desde sua criação até o atual momento para a compreensão da conjuntura desse campo comunicacional na cidade. No entanto, a partir dos dados colhidos em um ano de pesquisa foi possível perceber que o tema ainda é escasso na capital e que trabalhos científicos, pesquisas acadêmicas voltados para as televisões comunitárias são minoria, por isso, além de historicizar a presença de televisões comunitárias, o intuito da pesquisa foi mostrar como os teresinenses veem.

Além de destacar as consequências contemporâneas para o movimento delas na cidade. O intuito desta pesquisa foi também de desmistificar a história das TVs comunitárias de Teresina, já que não há muito material encontrado sobre essa vertente em quesitos de termos acadêmicos ou movimentos sociais.

Também há dados históricos que ajudam na compreensão da história das primeiras emissoras na capital, além de entender e compreender porque há o desconhecimento por parte de profissionais da própria área comunicacional sobre esse tema e essa área. Ao contrário do movimento de rádios comunitárias, já sedimentado e com grandes exemplos e estudos acadêmicos, o de TV comunitária ainda engatinha.

O presente artigo foi dividido em quatro tópicos: o primeiro vem explicando o conceito de comunicação comunitária, definição essa, que é necessária para o entendimento do exercício das televisões comunitárias. Em seguida, é apresentado o tema a qual a que se propõe a estudar, TVs Comunitárias, bem como traz elementos sobre a história das televisões comunitárias no Brasil, mostrando desde os primeiros indícios dos sinais de acesso para a população até as suas classificações. O tópico seguinte fala sobre as TVs comunitárias em Teresina. O quarto momento é referente à

pesquisa propriamente dita e mostra que o conhecimento de TVs comunitárias na cidade é inexistente, essa afirmação é feita com base em dados obtidos durante os levantamentos empíricos. Em seguida, vem a continuação do trabalho a qual esse artigo se compromete a apresentar, a análise da falta de documentos históricos e a ausência de materiais acadêmicos sobre televisões comunitárias na capital do Piauí.

Por último e não menos importante, o artigo se encerra com as considerações finais acerca do tema. Para essa pesquisa foram utilizados como referencial bibliográfico os trabalhos científicos de Cícilia Peruzzo, Orlando Maurício de Carvalho Berti, Juratan Moura, além de acervos digitais encontrados falando sobre televisões comunitárias no Brasil.

1 – Comunicação Comunitária: breves reflexões

Considerada como uma alternativa para se contrapor ao monopólio midiático de grandes corporações nacionais e internacionais da comunicação sua interface comunitária é feita para a comunidade, para proporcionar experiências e conhecimentos que não costumam ser abordados nos grandes meios, ditos hegemônicos.

Dessa forma, a comunidade através dessa vertente comunicacional pode ter acesso a conteúdos democráticos e educativos, voltado para a população.

Cícilia Peruzzo (2006, p.4) afirma que a comunicação popular e alternativa se caracteriza como expressão das lutas por melhores condições de vida que ocorrem a partir dos movimentos populares e representam um espaço para participação democrática do “povo”. Ainda, segundo a estudiosa, a comunicação comunitária é um instrumento político das classes subalternas para externar sua concepção de mundo, seu anseio e compromisso na construção de uma sociedade igualitária e socialmente justa.

Quem também fala da importância das mídias comunitárias é Orlando Maurício de Carvalho Berti (2014). Ele diz que as mídias comunitárias são emissoras: da, na e para a comunidade, sendo que esse poder de maior proximidade, representatividade e inclusão é o que torna essas emissoras mais que necessárias para ajudar nos contextos de mudanças sociais no mundo de tantas carências e premências. Podendo englobar televisões, folhetos, jornais, rádios e todas as mídias que se caracterizem naquelas funções. O grande desafio para a comunidade é continuar com ações comprometidas com a coletividade, principalmente em sua essência de estar em consonância com a comunidade.

Raquel Paiva (2007, p.133-147) destaca oito pontos contemporâneos da Comunicação Comunitária. Eles denotam que esse preceito comunicacional social: (1) constitui uma força contra-hegemônica no campo comunicacional; (2) atua na direção de uma estrutura polifônica; (3) produz novas formas de linguagem; (4) capacita-se para interferir no sistema produtivo; (5) gera uma estrutura mais integrada entre consumidores e produtores de mensagens; (6) atua com o propósito primeiro de educação; (7) pode engendrar novas pesquisas tecnológicas; (8) como lugar propiciador de novas formas de reflexão sobre a Comunicação.

E a TV Comunitária é importante neste contexto de comunicação comunitária por fazer parte da construção da história desse movimento, que vivencia uma necessidade de reconstrução e sistematização e também traz uma nova possibilidade de socialização de preceitos comunicacionais.

2 – TV Comunitária e sua breve história

Falar de TV comunitária ainda é uma novidade até na própria Academia. Se o assunto rádio comunitária ainda tem de mediano a pouco espaço nos trabalhos acadêmicos e sistematizações as TVs são menos faladas ainda. O que termina sendo um paradoxo, já que nos últimos 30 anos é a mídia que mais faz parte da vida dos brasileiros, principalmente dos mais humildes, já que se tornou um dos únicos, e às vezes único, meio de entretenimento e informação.

A TV Comunitária é um canal de TV local, constituído por entidades do terceiro setor. A sua existência é garantida por lei, nº 8.977, correspondente a 6 de janeiro de 1995. Para os efeitos dela são adotadas as seguintes definições: canais básicos de utilização gratuita, sendo o conjunto integrado pelos canais destinados à transmissão dos sinais das emissoras geradoras locais de TV em circuito aberto.

Elas são espaços criativos, participativos e de produção simples. Proporcionam a regionalização da comunicação televisiva, compromissada apenas com a postura ética, dada a sua abertura à livre participação. Sua função é exercer, de fato, a democracia participativa. Segundo Cicilia Peruzzo (2007), uma TV Comunitária ou um canal comunitário é um canal provedor de espaço para a transmissão de programas de produtoras dos próprios movimentos populares e associações. Traz em si um claro sentido comunitário. Significa ser, além de produtor de programas, um provedor de espaço para entidades, cidadãos ou pequenas TVs.

Além de envolver práticas de cunho coletivo deve disponibilizar programas destinados ao desenvolvimento da educação, cultura e cidadania, priorizando o interesse do público, o coletivo acima dos interesses particulares ou de determinados grupos.

Segundo Hallec (2002, p.386, *apud* PERUZZO, 2007, p.110) a mídia comunitária é frequentemente parte de um processo de maior atividades comunitárias que pode incluir organizações ambientais, medicina alternativa, autodefesa comunitária, grupos ligados ao trabalho e centenas de outros projetos ativistas.

2.1 – História da TV Comunitária no Brasil

A primeira cidade a ter a transmissão de um canal de TV comunitário foi Porto Alegre, identificado como POA TV que realizou sua primeira transmissão no dia 15 de agosto de 1996, pelo canal 14 da NET SUL. O segundo canal a entrar no ar foi o do Rio de Janeiro que estreou com o nome de TV Carioca sendo transmitido pelo canal 41 da net Cabo Rio. Em seguida, veio São Paulo com os nomes de TV Paulista e TV Com estreando no dia 27 de julho de 1997 e Belo Horizonte.

De acordo com Cicilia Peruzzo (2007), no Brasil existem quatro tipos de televisão comunitária, são elas: TVs Comunitárias em UHF, Televisão de Baixa Potência (VHF), TV de Rua e TV Móvel Itinerante.

As TVs em UHF transmitem pelo sistema UHF (Ultra High Frequency) são repetidoras não simultâneas de televisões educativas. Funcionam em nível local e retransmitem parte da programação de alguma Televisão Educativa, mediante convênio. São chamadas de Comunitárias, mas de fato são TVs locais educativas.

Já as Televisões de Baixa Potência (VHF) fazem transmissões televisivas na frequência VHF (Very High Frequency) de aproximadamente 150 watts, que atingem comunidades específicas. Não está regulamentada em lei, portanto são transmissões clandestinas. Entram no ar em caráter ocasional, até pelos riscos decorrentes de sua ilegalidade.

As TVs de Rua são realizações em vídeo produzidas com a participação da população e transmitidas em espaços públicos abertos (praças e ruas) ou fechados (postos de saúde, creches, escolas, centros comunitários, associação de bairro, sindicato, ginásios esportivos, hospitais etc.) destinados a recepção coletiva e a TV Móvel e Itinerante trata-se de uma espécie de TV móvel, mais exatamente de vídeo móvel.

Com um vídeo-cassete, um telão (ou monitor de TV), amplificador de som e microfone sobre um meio de transporte (caminhão ou Kombi), exibem-se produções em vídeo em diferentes locais públicos. O veículo é estacionado em algum espaço público de grande circulação de pessoas e a população local convidada a assistir e debater as exposições. Por vezes, a exposição ocorre em salões de entidades sociais. Com o passar dos anos as televisões comunitárias começaram a ganhar um pouco de espaço na sociedade principalmente nas grandes metrópoles como Rio e São Paulo.

Com o crescimento dos grandes pólos, conseqüentemente a divisão de classes sociais aumentou, fazendo com que as classes mais periféricas que não tinham muito acesso aos grandes meios comunicacionais passassem a ter mais acesso à informação através da mídia comunitária.

Nesse sentido, quando falo em centro e periferia estou falando não apenas de espaços apenas mensuráveis em dimensão, condições socioeconômicas e infraestrutura, mas também na construção das representações sociais – como por exemplo, a visibilidade produzida pelas grandes mídias sobre a periferia: espaço do caos e da violência, sendo espaços permeados pela criminalidade, o lugar da ausência de garantias legais e regida por leis próprias. Portanto, criam-se estereótipos que se reproduzem tendo como matriz a redução das periferias (e favelas) à pobreza, ao crime e à violência, como se estes fossem as marcas identificadoras daquilo que está à margem da civilização, da cidadania e da legalidade institucional (MARTINS, 2015, p.22).

Com o advento das tecnologias atuais e suas popularizações muito do que se chama de TV comunitária contemporaneamente, notadamente no final da segunda década do Século XXI é sua presença nas redes sociais virtuais, principalmente no Facebook e no YouTube. Com essa nomenclatura encontramos uma série de emissoras com o nome de comunitárias. Esse fenômeno é dado principalmente porque é muito mais barato de ser feito e, muitas vezes, é operado por uma única pessoa ou única equipe.

3 – A TV Comunitária em Teresina

Segundo o IBGE (2019), Teresina é uma cidade com população estimada de quase 862.000 habitantes. É o maior município do Piauí e, além de ser pólo administrativo é também concentrador econômico, de serviços, de educação e, principalmente de questões comunicacionais regionais e estaduais.

Segundo Berti e Paixão (2019) a capital do Piauí tem nove emissoras de TV com programação local diária, três jornais impressos diários, bem como quase 50 emissoras de rádio, entre comerciais, educativas, universitárias, legislativas e comunitárias.

Entre o século XX, de maiores lutas sociais, inclusive comunicacionais, até o final da segunda década do século XXI, temos na capital do Piauí poucos exemplos de TV comunitária.

Juratan Moura (2000, p.6) destacava que na capital do Piauí a luta desses movimentos populares foi mais forte porque na cidade não existia nenhuma TV Comunitária e as grandes emissoras locais não abriam espaços para esse tipo de movimento porque seguem o mesmo padrão global das grandes redes de televisão no Brasil. Essa época retratada pelo autor, no século passado, havia somente cinco emissoras de TV na cidade, ou controladas por governos estaduais ligados umbilicalmente com oligarquias político-econômicas e midiáticas ou por famílias de coronéis políticos.

Juratan Moura (2000) propõe a criação de uma TV Comunitária através de canais de acesso público. Na época o fenômeno dos canais comunitários era novo no Brasil e consequentemente as pesquisas acadêmicas a respeito do assunto eram poucas.

No entanto, quase 20 anos se passaram e fazendo um levantamento bibliográfico acerca do tema na capital piauiense, foi constatado que o material sobre a vertente ainda é escasso e pouco houve evoluções sistemáticas sobre TVs comunitárias na cidade.

Apesar de haver duas televisões ditas públicas na capital do Piauí, a TV Antares e a TV Assembleia, há pouco espaço para as comunidades na programação das mesmas. Nas emissoras comerciais da cidade as comunidades só aparecem em assuntos pontuais ou então em programas policiais.

Cicilia Peruzzo (2007) destaca que foi emblemático em Teresina a TV Mandacarú, um tipo de TV comunitária *off line*, ou seja, sem estar presente nos canais oficiais de transmissão, bem ao estilo TV popular, na região Sudeste da capital piauiense. A autora aponta que esse exemplo era uma TV de rua. A TV Mandacarú foi uma das primeiras TVs comunitárias do Brasil, mas pouco há de escrito ou restou de seus atores sociais no Século XXI.

Durante a pesquisa teórica de um ano, foram obtidos dois resultados que mencionaram a presença de uma TV Comunitária em Teresina, a TV Mandacaru. Foram eles: Antônio Francisco Maia de Oliveira, jornalista e professor na Faculdade de Artes,

Arquitetura e Comunicação (FAAC), da Unesp-Bauru em São Paulo em seu trabalho “Folkcomunicação e Tecnologias de Edição Não-Linear” e Cicilia M.Krohling Peruzzo, então professora de Pós-Graduação em Comunicação Social da UMESP – Universidade Metodista de São Paulo em “Televisão Comunitária – Dimensão Pública e Participação Cidadã na Mídia Local”. As sistematizações sobre esse exemplo de TV comunitária foram conseguidos em folhetos e debates da época.

Dessa forma, para se obter mais informações sobre o processo de existência de alguma televisão comunitária na cidade foram feitas entrevistas com jornalistas, professores jornalistas, estudantes de jornalismo, e profissionais que trabalham na área comunitária, que envolve rádio.

Além disso, foi feita uma pesquisa laboratorial nos campi das universidades Estadual e Federal do Piauí, em Teresina. A pesquisa foi feita para obter mais referências e possíveis indícios nos trabalhos acadêmicos de cada instituição que levasse a existência de uma televisão comunitária na cidade.

Conversando com professores do curso de comunicação social tanto da UESPI – Universidade Estadual do Piauí – quanto da UFPI – Universidade Federal do Piauí – foi perceptível a falta de conhecimento de TVs comunitárias em Teresina.

No entanto, no mês de março deste ano em uma conversa com o professor do curso de Comunicação Social – habilitação em Jornalismo e Relações Públicas, Daniel Sólton, foi descoberto um pré-projeto de “TV Comunitária” (via web) para a universidade, feito por estudantes do 7º bloco do curso de Comunicação Social (campus Torquato Neto).

De acordo com o professor a ideia é reunir os movimentos sociais na Uespi para discutir formato e conteúdo de forma mais democrática possível.

Daniel Solon disse que o desafio foi aceito e executado enquanto trabalho da disciplina “Comunicação Comunitária e Pequenos Meios”.

Há também uma TV que se autodenomina comunitária em Teresina, a TV Santa Maria da Codipi, que funciona na zona Norte de Teresina, cobrindo a grande região da Santa Maria e que traz uma série de notícias policiais e de novidades não só da região, mas também de caráter estadual e nacional.

FIGURA 1 – PROJETO DE TV COMUNITÁRIA NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ



FONTE: REPRODUÇÃO DE IMAGEM DE REPORTAGEM DE CANAL COMUNITÁRIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ.

No entanto, o projeto da UESPI continua como uma proposta para ser executada pelos alunos que cursam Comunicação Social na universidade. Ficando apenas dentro da instituição.

4 – A falta de material científico sobre TVs Comunitárias em Teresina

Na Universidade Federal do Piauí (UFPI) foi realizada uma pesquisa laboratorial no tocante a avaliar cada Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, foram avaliados todos os TCCs do curso desde 1988 até 2014, obtendo apenas um trabalho referente ao assunto de televisão comunitária: “Proposta de criação de uma TV comunitária para Teresina através dos canais de acesso público”, escrito em 2000 por Juratan Jesuíno Moura.

Ou seja, nesses 26 anos pesquisados, só houve apenas um trabalho, equivalendo a um universo de 4% de todos os trabalhos acadêmicos encontrados na universidade destinado ao tema: televisão comunitária.

Já na Universidade Estadual do Piauí (Uespi) não foi obtido nenhum projeto de trabalho de conclusão de curso referente ao assunto. Foram pesquisados desde 2005 até 2015, equivalente há 10 anos, nesse período não houve nenhum trabalho dedicado a vertente TV Comunitária.

Ainda nessa área é possível obter outro dado com relação à outra vertente da comunicação comunitária, a rádio. A maioria dos trabalhos acadêmicos encontrados nas universidades públicas do Piauí, especificamente na capital piauiense referem-se à rádio comunitária, equivalente a 77%.

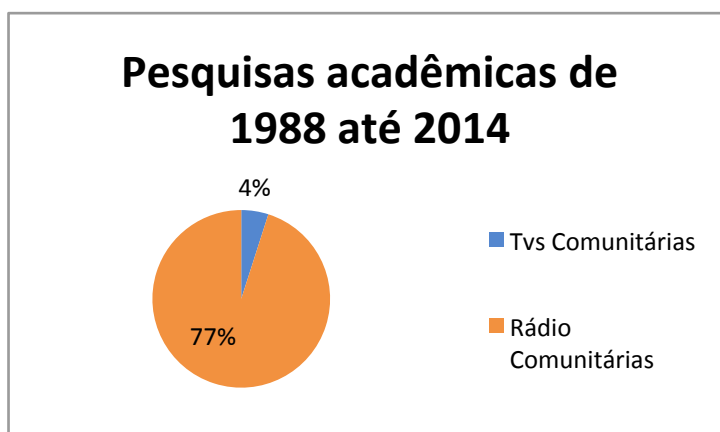
É possível perceber que os dados são totalmente distantes, equivalente a 70% de diferença entre trabalhos acadêmicos destinados à temática de rádio comunitária e TV comunitária em Teresina.

Diferente da TV, a rádio tem ganhado espaço no Estado com debates e discussões como o primeiro encontro regional de rádios comunitárias no Sertão do Piauí ocorrido nos dias 08 e 09 de julho de 2017 em São Francisco de Assis. O evento contou com palestras, oficinas e debates sobre a comunicação comunitária.

Vale ressaltar, que foram encontrados assuntos similares, como de rádios comunitárias e televisões, mas o assunto específico de TV Comunitária não foi encontrado nenhum objeto de estudo. Durante a pesquisa laboratorial foi possível perceber que a falta de trabalhos de conclusão de cursos a respeito da temática mostra a ausência de material e discussão sobre esse assunto.

No gráfico elaborado para ilustrar o número pesquisas feitas nos últimos 26 anos em Teresina, há uma discrepância nas pesquisas acadêmicas sobre TVs comunitárias e rádios comunitárias. A diferença é consideravelmente grande, através desses dados é possível perceber que o público acadêmico não está interessado ou não tem conhecimento sobre o assunto.

GRÁFICO 1 – PESQUISAS ACADÊMICAS EM COMUNICAÇÃO NA ÁREA DE TV COMUNITÁRIA NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DE TERESINA



FONTE: PESQUISA DE CAMPO SOBRE SOBRE TVS COMUNITÁRIAS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DE TERESINA (PI).

Diferente das rádios comunitárias que tiveram espaço dedicados aos TCCs tanto no curso de Comunicação Social na UFPI como na UESPI, a televisão comunitária ainda é um tema desconhecido tanto por estudantes da área de comunicação social como por parte de profissionais acadêmicos e do mercado de trabalho.

Não há pesquisas, muito menos debates abordados por professores nas salas de aula quanto ao tema proposto nessa pesquisa, falar de TV Comunitária no Piauí, em Teresina especificamente ainda é algo distante das academias, dos debates que envolvem comunicação.

A proposta inicialmente dessa pesquisa científica era historicizar a temática das televisões comunitárias em Teresina, mostrando desde o início até o seu possível declínio, no entanto, a falta de material histórico mostrou que a existência de televisões comunitárias na capital foi mínima, ou se quer existiu.

A única televisão comunitária que se tem conhecimento através de artigos científicos é a TV Mandacaru, a qual não foi encontrada documentos o qual comprovasse a sua existência até a conclusão dessa pesquisa.

Considerações

Como podemos perceber as pesquisas acadêmicas, palestras, seminários e debates sobre TVs comunitárias em Teresina, capital do Piauí, ainda são em pequena quantidade, ocasionando uma espiral do silêncio, onde a comunidade acadêmica não fala sobre o tema, nem professores e muito menos alunos.

Quem perde com a falta de projetos científicos e pesquisas para se aprofundar mais no assunto é a sociedade que pode ser beneficiada com mais conhecimento e acesso à informação. Bem como igual assertiva vale para o movimento que representa esse segmento comunicacional comunitário.

Através da pesquisa sobre a historicização da presença de TVs comunitárias na capital piauiense foi constatado através de dados que o número de trabalhos acadêmicos nas duas universidades públicas da cidade voltadas para esse tema são visivelmente em pequenas quantidades, quase inexistente.

Com isso, é possível inferir que o assunto é um dos menos debatidos em sala de aula. Outro ponto que chamou a atenção na pesquisa foi que a desinformação sobre o que seria uma TV comunitária não partiu apenas da sociedade em geral, mas principalmente por profissionais da área jornalística, tanto os que atuam na área

acadêmica como na mercadológica. Tudo indica que, com maior advento das redes sociais virtuais, exemplo da TV comunitária da Santa Maria da Codipi, possa-se mudar essa constatação.

Entretanto, mesmo não sabendo da existência de emissoras comunitárias na capital, professores jornalistas, principalmente, demonstraram interesse pelo assunto, mais curiosidade do que empolgação sobre o tema, muitos acreditam que não há a existência desse tipo de comunicação na cidade, no entanto demonstraram curiosidade sobre o tema e pediram possíveis informações caso a pesquisa encontrasse algo inusitado.

Dessa forma ao longo desse um ano de pesquisa foi possível obter a seguinte conclusão: não se pesquisa TVs comunitárias em Teresina. Profissionais não têm conhecimento e mesmo demonstrando empolgação sobre o assunto se atém a ficar na curiosidade, ou seja, na desinformação sobre o tema.

Fica a reflexão para que mais trabalhos científicos sejam feitos sobre essa vertente e principalmente que mais debates sejam expostos para a comunidade, não só a acadêmica que necessariamente precisa abordar mais sobre esse objeto em suas instituições, mas também para a sociedade como um todo, afim de que com esses debates a sociedade possa entender e procurar saber mais sobre o que é uma TV comunitária e para que ela serve.

É inquietante ao longo da pesquisa, perceber que temas destinados à comunicação comunitária ainda que estejam ganhando espaço no cenário piauiense como as rádios, costumam ser deixados de lado na sala de aula. É certo que nos cursos de Comunicação Social há a matéria de comunicação comunitária, no entanto, abordar todo um leque de aprendizado em apenas um bloco é pouco, quando se tem tanto material e discussões para serem postas em questão que muitas das vezes passam despercebidos por nós, estudantes e futuros comunicadores.

É necessário deixar de lado essa ideia de que falar de Comunicação Comunitária é algo distante do universo acadêmico. É uma premissa que deve ser vivida, refletida, debatida e que possa fazer parte dos anseios, inclusive de trabalho e ação social do público discente universitário.

Na verdade, temas como rádios e TVs comunitárias deveriam ser mais abordados por professores e por alunos também, até porque falar dessa vertente não é apenas de responsabilidade do docente, o discente pode e deve procurar mais

informações sobre o tema, para que assim deixemos de dar dados estatísticos demonstrando a falta de conteúdo e mostrando que o Piauí conhece e sabe sobre o que é uma TV comunitária.

Referências

BERTI, Orlando Maurício de Carvalho. **Processos comunicacionais nas rádios comunitárias do Sertão do Nordeste brasileiro na Internet**. São Bernardo do Campo: Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UMESP – Universidade Metodista de São Paulo, 2014.

BERTI, Orlando Maurício de Carvalho; SILVA, Allisson Paixão. **História do Webjornalismo em Teresina**. Teresina: s/e, 2019 (no prelo).

BRASIL. Lei 8.977. **Lei das TVs comunitárias**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8977.htm>. Acesso em: 22.mar.2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Dados sobre Teresina**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/teresina/panorama>>. Acesso em: 28.mar.2019.

OLIVEIRA, Antonio Francisco Maia de. **Folkcomunicação e Tecnologias de Edição Não-Linear**. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/22879615-Folkcomunicacao-e-tecnologias-de-edicao-nao-linear-contribuicao-para-a-democratizacao-e-experimentacao-audiovisual-popular.html>>. Acesso em: 06.mar.2019.

PAIVA, Raquel. **Para reinterpretar a comunicação comunitária**. In: PAIVA, Raquel (Org.). O retorno da comunidade: os novos caminhos do social. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

PERUZZO, Círcia Maria Krohling. **Comunicação nos movimentos populares – a participação na construção da cidadania**. Petrópolis: Vozes, 2006.

_____. **Televisão Comunitária**. Dimensão Pública e Participação Cidadã na Mídia Local. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

ROSANA, Martins. **Mídia comunitária e novas construções periféricas sociais no Brasil**. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/novosolhares/article/viewFile/102196/102421>>. Acesso em: 19.jul.2017.

Programa Vou falar Uespi. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?feature=youtu.be&v=vqaTTyoHkAg&rdm=2fvrby3no&client=mv-google&app=desktop>>. Acesso em: 03.mar.2017.